

Dinâmica do Livro na Universidade Medieval

Reedição e republicação de:
BELLOTTO, Heloísa Liberalli. Dinâmica do livro na universidade medieval.
Revista Comunicações e Artes, São Paulo, 11: 1-11, 1982.¹

DOI: <https://doi.org/10.24206/lh.v7i3.50178>

Helóisa Liberalli Bellotto

Licenciada e doutora em História (USP), bacharel em Biblioteconomia (FESP) e especialista em Arquivística (Escuela de Documentalistas, Madri, Espanha). Na USP, de onde é aposentada, foi pesquisadora do Instituto de Estudos Brasileiros e professora da Escola de Comunicações e Artes. Atualmente é professora do Curso de Pós-Graduação em História Social da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas e do Curso de Especialização em Organização de Arquivos do IEB/ECA/USP, sendo também professora da Maestría bienal en Gestión de Documentos y Administración de Archivos da Universidad Internacional de Andalucía (Espanha). Foi assessora do Sistema de Arquivos do Estado de São Paulo (SAESP) e do Sistema de Arquivos da USP (SAUSP), sendo, desde 1998, consultora do Projeto Resgate do Ministério da Cultura do Brasil, atuando na descrição dos documentos do Arquivo Histórico Ultramarino, em Lisboa, Portugal. Foi professora do curso de História da UNESP (Campus de Assis, SP) e dos cursos de Arquivologia da UnB (Brasília), da UNIRIO (Rio de Janeiro) e da Universidade Clássica de Lisboa (Portugal). Tem dado cursos e conferências e comparecido a congressos em países da América do Sul, África e Europa.

E-mail: hbellotto@yahoo.com.br

ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1254-8316>

¹ Como a *Revista Comunicações e Artes* foi extinta, esta nova versão do trabalho recebeu autorização da Diretoria da Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo.

RESUMO

Os estudos superiores no século XII começam a destacar-se no âmbito monacal para o laico. Dava-se então o desenvolvimento da vida urbana e comercial, o incremento da tecnologia e das escritas em línguas nacionais. As profissões que decorriam dos novos tempos organizavam-se em **corporações de ofício**, entidades pelas quais mestres e aprendizes atuavam naquela sociedade em trânsito do mundo rural para a vida urbana, mais aberta e libertária. As universidades nasceram como corporações nas quais professores e alunos praticavam um ensino cuja metodologia se baseava na **letio** e na **disputatio**. Neste sistema os textos escritos eram indispensáveis. Desenvolveu-se toda uma dinâmica da elaboração e do fornecimento de material bibliográfico. Nela figuravam os copistas, os bibliotecários e, em destaque, os **stationarii**.

ABSTRACT

During the 12 century, superior education started leaving the monastic precinct to enter the secular sphere. It was a time of urbane and commercial development, growth of technology and writing in the languages spoken by the people. The professions that originated in the new times organized themselves in guilds, that gathered masters and apprentices of that society changing from the rural world to a more open and liberal kind of life — urbane life. The universities started as guilds in which teachers and students practiced a teaching whose methodology was based on **letio** and **disputatio**. In this system, written texts were indispensable, and as a consequence it originated a whole dynamics in the preparation and supply of bibliographic material. Copyists, librarians and, specially prominent, **stationarii** were part of it.

No século XII surgiam aulas laicas de gramática latina e de filosofia. Ocorria, assim, a subtração da educação, pelo menos nos estudos superiores, dos meios exclusivamente monacais e teológicos. Ao mesmo tempo, acentuava-se o desenvolvimento das escritas nacionais. O feudalismo, com suas características ruralizantes (que importa aqui discutir), confinara a educação aos mosteiros isolados, onde a preparação intelectual atingia a poucos privilegiados. A difusão de manuscritos era restrita ao mundo monástico. Era às suas necessidades que atendiam os copistas.

O fortalecimento da vida urbana e comercial ensejava núcleos leigos com fins de educação e formação profissional (destaquem-se escolas que visavam a treinar escriturários e contadores). Nesta transformação o livro era uma etapa intrínseca e decisiva. Configurava-se ele como produto dessa diversificação urbana, tanto porque dependia do sistema comercial de trocas, compra, venda, etc., como porque requeria um segmento de população predisposta e preparada a produzi-lo e a consumi-lo. Ora, as possibilidades de acesso à educação e às trocas culturais encontrariam, no meio urbano, seu caldo de cultura. Em regra, fora ainda do âmbito universitário, os livros, ao deixarem sua exclusividade monacal, passaram mesmo a ser vendidos nas feiras. Se os mercados semanais visavam ao abastecimento urbano, as feiras, que se realizavam com períodos mais largos, possibilitavam intercâmbio mais generalizado e em maior escala. Entre a feira e o mercado local, a oposição consistia, por conseguinte, numa diferença não de amplitude, mas de natureza. E nestas condições, o livro — mercadoria cara que necessitava de mercados — e quem o negociava tinham o seu lugar. Mas não o tinha o copista. Isto é, o produtor material do livro, se considerado isoladamente, só por intermédio do mercador tinha intervenção no mercado. Pertencia a outro mundo. Na definição de áreas profissionais que então começava a se esboçar, seu campo de ação era ainda muito restrito às áreas religiosas. Quando ocorrer a inserção dos copistas na estrutura universitária, surgirá sua melhor possibilidade de organização. Aliás, a própria universidade também surgirá como sistema corporativo.

Em relação à economia urbana em constante crescimento, estabelecia-se uma cada vez mais rigorosa divisão de trabalho. No campo, a agricultura e os lavradores; e na cidade, os negócios, as artes manuais e as corporações de ofício. O comércio e a indústria diferenciavam um novo grupo de homens, antes "à margem de uma sociedade em que somente a terra garantia a existência" (1). Assim, o trabalho urbano acaba por se organizar em institutos que podem qualificar-se como confrarias e cuja origem remonta dos **Colegia** romanos. Estas corporações de ofício onde, segundo sua aptidão profissional, entrava o artesão (após seu período de aprendizado) pretendiam não só o auxílio mútuo, como criar barreiras à concorrência dos forasteiros. Poderiam, através de sua organização, exercer

certo poder contra as imposições medievais dos poderes reais e feudais. Assim, as corporações, já em plena vigência no século XII, podiam exercer pressão contra o poder público; por outro lado, havia um interesse da vigilância municipal em ter os profissionais congregados para efeitos de controle e taxação.

A partir da urbanização, o sistema corporativo viria a incidir também nos meios educativos superiores. Grupos de interessados passaram a recorrer a mestre isolados, formando guildas ou corporações que recebiam das autoridades autorização para a concessão de títulos. "Mestre e alunos tiveram que se unir para defender os seus interesses comuns e assegurar a autonomia indispensável ao seu trabalho: as corporações que formaram receberam no século VIII o nome de **universitas**" (2). E estas corporações cresceriam em número e em importância na Europa ocidental.

A universidade, como a tomamos hoje, com estrutura e funcionamentos consolidados, surge no século XIII. Originara-se não das escolas dos conventos ou das catedrais, afinal, os centros de ciência e de estudo, ao declinar da época romana, salvaram a sabedoria e a cultura clássicas — como seria de se supor. Nasceria de outro berço: o daquelas associações de mestres e estudantes formadas espontaneamente, que visavam a obter reconhecimento canônico e civil para efetuar-se seu real funcionamento. Passava, então, a imperar um sistema de livre escolha dos estudos superiores, entre mestres e alunos. Só a educação elementar é que ainda permanecia ligada exclusivamente às instituições eclesiásticas.

A nova feição corporativa da educação superior não comportava um saber imposto por via paternalista e por seleção alheia aos próprios interessados, o que vigorara até então. Havia contribuído decisivamente para tal o quadro econômico-social daquele momento europeu: o comércio em expansão, o aumento da circulação monetária, a descoberta de novas técnicas, o desenvolvimento da especialização entre artesãos e o crescimento considerável da população.

Por conseguinte, os novos tempos solicitavam profissionais especializados e abertos a novas perspectivas do saber e da ciência. A Universidade nascia, por consequência, dentro da fermentação provocada pelo início da anteposição entre as tendências conservadoras aristocráticas ruralizantes do sistema feudal e as tendências democráticas e libertárias do novo mundo urbano. E aquelas transformações na vida social, com todo o sentido de independência e autonomia que traziam, acabariam por suscitar maior senso de responsabilidade individual e de iniciativa. As universidades não foram, assim, propriamente fundadas, mas sim organizadas pouco a pouco, à base daquele sistema corporativo. Iniciativa e responsabilidade, signos de seus primórdios.

A nova atmosfera de livre associação de estudantes e mestres e o desenvolvimento progressivo de uma espécie de sistema de livre escolha nos estudos mostram como a nova geração de mestres e de alunos se tinha afastado do regime das antigas escolas conventuais que deveriam servir a uma população imóvel, sendo governada frequentemente segundo feição paternalista pelos abades dos mosteiros e nos quais se encarnavam as ideias aristocráticas inseparáveis da feudalidade ⁽³⁾.

Tratava-se, agora, da **Universitas**, exprimindo um grupo de pessoas, no qual a hierarquia era apresentada por mestres e discípulos. Este grêmio, por vezes, surgia como uma reunião de discípulos que buscavam determinados mestres, constituindo, então, uma **Universitas scholarium**: outras vezes, ao contrário, nascia como reunião de mestres que, voluntariamente, se colocavam à disposição de possíveis discípulos, originando a chamada **Universitas magistrorum**. No primeiro caso, está a formação da Universidade de Bolonha, e no segundo a de Paris. Universidade, portanto, identificada com corporação de ofícios. Entretanto, instaurava-se uma instituição, ainda que plenamente congênere, porém diversificada. O que diferenciava professores e alunos na universidade e os mestres e aprendizes das outras organizações gremiais era o fato de as últimas prepararem pessoal para ali mesmo, na sua grei, realizarem a respectiva ascensão profissional. Passavam a pertencer à corporação em caráter efetivo, os que emanavam dela mesma. Já no caso da universidade, os candidatos, vindos de múltiplas procedências e em número crescente, não eram todos, evidentemente, aproveitados como mestres ou doutores pela própria instituição: dali irradiavam-se para formar novos núcleos, fossem como professores, fossem como profissionais. Outro elemento que nos leva a destacar a universidade dos outros grêmios medievais é o fato de que estes não admitiam estrangeiros, tampouco indivíduos de outras cidades; já nos estabelecimentos de ensino superior na Idade Média, a presença de forasteiros era frequente. A própria organização dos alunos em **nações**, cujas características eram as afinidades étnicas e linguísticas, bem o demonstra. E para organizarem-se, cada **nação** elegia um ou mais conselheiros e estes escolhiam o **Reitor**. Este é que representava a **Universitas**, em suas relações com as autoridades e coordenava as relações internas.

Para instrumentar seus cursos os professores usavam textos e obras de referência. Tenha-se em mente que, no ensino medieval, glossa, a discussão, o comentário de textos eram elementos indispensáveis e isto em todos os domínios do conhecimento. Era, pois, imprescindível que eles dispusessem daqueles textos de forma acessível e dinâmica.

Os métodos de ensino concentravam-se na **lectio** que era a leitura e comentário de textos e na **disputatio** que, em sua forma viva e eficaz de diálogo, contestava objeções, tanto em torno de um tema específico como de questões mais gerais. Assim, embora a oralidade fosse a regra geral no ensino

universitário, o texto não podia ser dispensado, fosse ele de autoria do mestre, anotação de classe ou trecho de obra clássica. Mesmo porque, pouco a pouco, começava a estabelecer-se salutar conflito entre as palavras dos professores, os autores antigos e as várias interpretações que lhe deram os compiladores posteriores. A **disputato** ganhava forma e contextura. No dizer de Bühler, aspira-se pela via dialética para reduzir antagonismos e contradições. "O tratamento dialético das matérias jurídicas, filosóficas e teológicas acabava por demonstrar a harmonia do aparentemente contraditório" (4).

A dinâmica do ensino é essencial para compreender a problemática do uso do texto multicopiado na universidade medieval: de um tema amplo extraia-se uma tese, frequentemente em forma de perguntas; citavam-se "autoridades" e a alegação de razões que "pareciam" falar contra esta tese. Passava-se, em seguida, à exposição e aos arrazoados do ponto de vista próprio. Por último, chegava-se à interpretação dos testemunhos contrários, para demonstrar, afinal, se possível concordar com o autor ou se se poderia rebatê-lo com argumentos lícitos e verossímeis. Tal sistema, portanto, partia, no sentido formal, de um texto a discutir, texto que figurava em latim, em geral e sobre um suporte, certamente o pergaminho, conquanto o papel embora já em seu desenvolvimento de fabrico e uso, ainda não atingira em cheio a área educativa.

No início da vida universitária, a partir de obra manuscrita clássica pré-existente em bibliotecas ou de escrito fornecido pelo professor, os estudantes copiavam a matéria a ser "trabalhada". Faziam-no eles mesmos ou por meio de copistas profissionais, que se multiplicavam em torno das universidades. Esta prática acarretava certas distorções no decorrer das cópias, falha que importava sanar.

Paulatinamente, iam-se formando, em cada centro universitário, corporações de profissionais do livro: copistas (clérigos em geral) e livreiros e (ou) bibliotecários, estes, mais frequentemente leigos, que iriam incorporar-se, aos poucos, ao corpo administrativo da universidade e, como tal, passar a gozar de certos privilégios.

Quando a direção universitária pretendeu corrigir as impropriedades que ocorriam no tocante à produção livresca, foi fixada a gama de funcionários do setor e que ia desde o copista, o livreiro ou depositário de livros confundidos com bibliotecários até aos estacionários. O espaço que, neste quadro, ocupavam estes **stationarii** era considerável e significativo. Sob esta denominação, vinda da Antiguidade romana e usada logo no início das universidades italianas, estavam os indivíduos que se encarregavam da reprodução autorizada dos textos com fins didáticos. Embora muitas vezes confundidos livreiros (venda) ou com os bibliotecários (organização, guarda e empréstimo), os estacionários tinham função independente ou, em alguns casos, absorviam os encargos de venda e circulação.

Os estacionários coordenavam as compilações, objetivando o uso didático imediato dos textos copiados. Já não se tratava de compilações beneditinas (as verdadeiramente realizadas por beneditinos ou não) destinadas à preservação dos textos e à sua transmissão generalizada.

Na decomposição do mundo antigo, a literatura clássica teria desaparecido não fora os esforços de compilação que nos mosteiros, a partir do século IV, foram sistemáticas. Planejava-se cuidadosamente a seleção, coleta e cópias das obras resultantes da experiência humana de até então, fossem as de caráter religioso ou as de caráter laico. Tal trabalho, algumas vezes destinado diretamente aos interessados, ou, muito mais largamente destinado a engrossar as bibliotecas conventuais, não tinha intuito imediato. Já na universidade, a reprodução dos textos respondia a interesses concretos. Numa época de feição dialética do estudo, importava aos alunos conhecerem os textos para, a seguir, discutirem os conceitos neles contidos e as reflexões levadas a efeito à propósito deles. A sistemática que partia da extração de uma tese a ser discutida, como acima referimos, não seria viável sem a existência de material escrito que a fixasse. Assim, a feição oral do ensino, baseada na discussão de texto anteriormente conhecido, tornava seu preparo prévio e obrigatório.

Os *stationarii* eram funcionários da universidade nomeados e dirigidos pela sua administração e eram eles que garantiam a autenticidade do texto. Deviam sempre ter em estoque as recompilações autenticadas, que alugavam aos alunos. O fornecimento do exemplar a ser copiado era de exclusiva função do estacionário. Era preciso haver segura indicação de que a obra a ser alugada ou comprada pelo estudante fosse autêntica. Esta era assegurada pela indicação deixada pelo copista, sempre no mesmo ponto do exemplar, pelo uso de tinta diferente e pelo grafismo com o modo e o volume da letra.

Se o livro era reproduzido dentro do recinto das universidades, era natural que ali se comerciasse fortemente o pergaminho. Foi por esta maneira que aqueles estabelecimentos de ensino passaram a ser ativos centros do seu comércio e centros de confecção de livros. McMurtrie ⁽⁵⁾ descreve todo o procedimento dos copistas nos seus lugares de trabalho: os *scriptoria*. Este ocupava um grande espaço onde se escrevia em silêncio, num trabalho de seis horas por dia. Os profissionais recebiam o pergaminho já dividido em partes, com as folhas separadas, mas dobradas e dispostas na ordem conveniente. Pautavam com pequenos sulcos e escreviam sem grandes interrupções. Depois, havia a leitura feita com mais uma pessoa, confrontando-se com o original. Podiam, então, cópia e original retornar o estacionário.

A prática da compilação e aluguel de material bibliográfico dispensava, de início, a biblioteca para fins de armazenamento de textos e obras; isto, porém, quando ainda era diminuto o número de alunos.

À medida, no entanto, em que as classes universitárias cresciam e se multiplicavam, as bibliotecas passaram a despontar em importância, reunindo e emprestando material necessário. Nelas, a organização dos volumes de pergaminho (e dos primeiros códices que já surgiam em papel) obedecia à matéria selecionada nos cursos de Leis, Teologia, Filosofia, etc. pois, era neste sentido que os alunos buscavam o que lhes interessava.

Para garantir-se uma maior dinâmica no fluxo do fornecimento do livro, passou-se a adotar o sistema das **pecia**.

A confecção do livro, na universidade medieval, consistia na existência de um exemplar (de cuja decomposição encarregava-se o estacionário), nas cópias dele resultantes e na subdivisão em cadernos chamados **pecia**.

Era esta a forma de facilitar e tornar mais rápido o acesso do estudante ao texto desejado. "Na tecnologia do livro medieval a **pecia** constitui um elemento de análise de extraordinário valor sobretudo do livro do ensino universitário"⁽⁶⁾. Informa Jorge Peixoto em uma de suas notas ao texto de McMurtrie, que, primitivamente, chamava-se **pecia** à pele de carneiro, desde que já tratada para receber a escrita. A denominação correspondendo à "peça" seria tomada, segundo o consagrado bibliotecário português, por ter a **pecia** passado a ser tomada como a maior folha ou peça de pergaminho que se poderia obter. Formava um caderno de duas folhas duplas ou **binion**, isto é, quatro folhas simples em oito páginas.

Outros autores preferem considerar o nome de "peça" ligado ao próprio desmembramento do exemplar (peça por peça), quando da destinação aos vários copistas e, posteriormente, aos estudantes.

Na verdade, as duas concepções confundem-se, porque o que seria a grande peça de pergaminho dobrada, acaba por formar os pequenos cadernos, peças dos volumes totais, portanto. A divisão nesta espécie de capítulos facilitava a atividade não só dos compiladores, no sentido material, mas também aos estudiosos, no sentido do conteúdo. Os vários conteúdos a serem estudados podiam ser separados pelos estacionários, segundo a necessidade do aluno, unindo-se assim o interesse comercial ao acadêmico.

A própria velocidade na produção livresca trouxe conseqüências para a revolução da escrita. "A necessidade de multiplicar os manuscritos correntes para uso do mundo universitário incitou a comprimir os textos" ⁽⁷⁾. Origina-se assim a letra gótica, ainda em sua versão manuscrita, cuja verticalidade possibilitava melhor uso do pergaminho ou do papel, no sentido do aproveitamento do espaço de um material tão caro. Outrossim, aumenta consideravelmente o uso das abreviaturas, pelas mesmas razões. E, dentre os três tipos em que pode ocorrer a letra gótica — a letra de forma, a letra bastarda e a letra de suma —, é a última a que irá imperar sensivelmente nos livros universitários. Usada, por excelência, na elaboração das sumas, isto é, dos tratados, sejam os teológicos, os jurídicos

ou os científicos, ela é, caracteristicamente, a letra dos primeiros manuais universitários, eles mesmos, as **sumas**.

O grande papel dos estacionários, verifica-o Lucien Febvre ⁽⁸⁾, partindo das pesquisas levadas a efeito por J. Destrez (em seu trabalho denominado "La **Pecia** dans les manuscrits universitaires du XIII et XIV e siècles", Paris, 1935). Através daqueles "empresários do livro", a Universidade poderia exercer um controle intelectual e econômico sobre a circulação dos livros. Por regulamento, as obras indispensáveis aos estudos e às aulas eram criteriosamente verificadas no seu texto para que enganos não os desvirtuassem. A severa verificação destinava-se a impedir que a multiplicação de cópias se efetuasse sem alterações e, também, sem especulação por parte dos copistas. Reprodução, revisão e empréstimos tinham suas tarifas pré-estabelecidas e controladas.

O manuscrito de base — o **exemplar** — ficava na posse do estacionário. Este o entregava para a cópia e, esta completada, tinha-o de volta, para aguardar um novo "aluguel". A engenhosidade do sistema das **pecias** está em que se evitavam as alterações que, a medida em que se tiravam cópias iam se tornando cada vez mais graves, distanciando-as do original. O fato de haver uma "matriz" rigorosamente corrigida garantia a fidelidade do texto, uma vez que as cópias seriam feitas sempre a partir dela. Ao mesmo tempo, o sistema impedia que o exemplar permanecesse imobilizado durante o tempo de seu uso. Dividindo-o em cadernos separados — as **pecias** — estes eram selecionados para duplicações simultâneas. Assim, **pecia** passou a ser a unidade de trabalho do copista universitário.

O controle dos aluguéis processava-se da forma seguinte: estabelecia-se uma lista na qual figuravam as obras disponíveis, cuja seleção emanara dos mestres. Ao lado de cada designação de título e autor constava o número de **pecia** de que era formado e o preço do respectivo aluguel. A obra, cujo exemplar ficava em poder do estacionário, era, assim, alugada por partes (**pecia**) a estudantes ou a professores que, por sua vez, passavam-nas aos copistas autorizados que vendiam o seu serviço. Mas, o estacionário, podia ele mesmo providenciar a cópia, se assim se desejasse. Destrez pode examinar, em arquivos e bibliotecas franceses, um grande número de manuscritos universitários do século XIII ao XV, manuscritos estes confeccionados no sistema de **pecia**.

Com o aproximar-se do século XIV, pouco a pouco, vai desaparecendo esta prática, pelo menos como sistema-fluxo entre autor (ou biblioteca)-universidade-estacionário-aluno-copista ou ao fluxo autor-universidade-estacionário-copista-aluno. Isto porque, à proporção em que os estudantes passam eles mesmos a tornar-se aptos a copiar o que lhes interessa (pelo próprio aumento geral da capacidade de escrita das populações), o sistema deixa de ter razão de existir como tal. Concomitantemente, o desenvolvimento do fabrico do papel e a racionalização das práticas profissionais da escrita possibilitavam que cada obra tivesse maior número de exemplares disponíveis em bibliotecas.

O livro universitário apresentava-se, assim, em seus primórdios, inserido num sistema comercial diferente do modo habitual de compra e venda de manuscritos medievais, o que se realizava, predominantemente, nas feiras. A dinâmica de sua elaboração, empréstimo e venda torna-o bastante peculiar. Firmemente estabelecido nas escolas superiores em Paris, Bolonha, Ravena, Pádua, Salamanca ou Coimbra, o sistema das **pecia** deu origem ao manual universitário. Questão que não deve ser desprezada, merecendo mesmo maior atenção por parte dos historiadores, tem a significação de marco, quer na história das universidades, quer na história do livro. O livro na universidade medieval deve ser encarado como integrante da fermentação intelectual que o renascimento da vida urbana, do comércio e o aparecimento de novas camadas da população com oportunidades sociais alimentavam. Nessa fermentação, evidentemente, a universidade passava a atuar na formação de quadros profissionais e nas opções de novas formas de exame e de reflexão.

Referências bibliográficas

1. PIRENNE, Henry. **História econômica e social da Idade Média**. Trad. de Lycurgo Gomes da Motta. São Paulo, Mestre Jou, 1966.
2. MONDOLFO, Rodolfo. **Universalidad: pasado y presente** Buenos Aires, EUDEBA, 1966.
3. LA MISSION de l'Université Paris. Centre d'Etudes Laennee. 1953.
4. BÜHLER, Johannes. **Vida y cubara en la Edad Media**. Versión española de Weaceslao Roces. México, Fundo de Cultura Econarnica. 1957.
5. 6. 7. McMUTRIE, Douglas C. **O livro: impressão e fabrico**. Trad. de Maria Luis Saayedra Machado, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 1965.
8. FEBVRE, Lucien & MARTIN, Henry-Jean. **L'apparition du livre**. Paris, Albin Michel, 1958 (L'Evolution de l'Humanité).